

Cardoso abre mão de 25% de seu salário

■ Na TV, presidente diz que os vencimentos dele e dos ministros só voltarão a aumentar quando mínimo puder chegar a R\$ 100

BRASÍLIA — No seu primeiro pronunciamento em cadeia de rádio e TV, ontem, o presidente Fernando Henrique Cardoso apelou ao Congresso para que reveja a decisão de conceder 15 salários para os parlamentares e anunciou que, enquanto o salário mínimo não puder alcançar o valor de R\$ 100, o presidente, o vice Marco Maciel e todos os ministros renunciarão a 25% dos seus salários. A partir de agora, os salários dos ministros e o do vice-presidente caem de R\$ 8 mil para R\$ 6 mil, e o do presidente diminui de R\$ 8.500 para R\$ 6.375.

Cardoso iniciou seu discurso de forma direta, sem cumprimentar o telespectador e sem os habituais “brasileiras e brasileiros”, “minha gente” e “moças e moços” que seus antecessores usavam. O presidente explicou as realizações de seus 34 dias de governo, destacando uma nova atitude política que o levou, por exemplo, a optar por licitações e leilões de canais de rádio e televisão ao invés de usar a prerrogativa da outorga.

Referência — “Essa nova atitude — que repudia as medidas de impacto, a fisiologia e o clientelismo — foi que nos levou a extinguir dois ministérios sabidamente gastadores e criar o Programa Comunidade Solidária”, disse o presidente numa referência indireta ao governo Sarney.

Fernando Henrique criticou o “Congresso passado” por ter aumentado o salário mínimo sem dizer de onde viriam os recursos para pagar os benefícios da Previdência, que aumentariam, segundo ele, 42%, provocando um rombo potencial de mais de R\$ 5 bilhões no orçamento. O presidente repetiu a pergunta que — ele mesmo reconheceu — todos os brasileiros devem estar se fazendo: “Mas veta o mínimo e não veta o aumento dos parlamentares e do próprio presidente?”. Em seguida, respondeu: “Acontece que o aumento dos salários dos parlamentares, dos ministros, do presidente e do vice é competência exclusiva do Congresso. O presidente não tem poder de veto neste caso”.

Em tom grave, Fernando Henrique explicou que tomou a “difícil” decisão de sancionar a anistia do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e dos “deputados e senadores acusados de fazer mau uso da gráfica do Senado” para não correr o risco de criar “um conflito grave entre poderes”, apesar de ter recebido centenas de cartas e telegramas pedindo que ele vetasse o projeto. Mas advertiu que o governo “não estabelecerá nenhum balcão nem canal algum para a prática do *toma lá, dá cá*”.

Fluente, falando de pé em frente à biblioteca do Palácio da Alvorada, Cardoso abriu o discurso comemorando o êxito do Plano Real e denunciando o que chamou de “pessimistas profissionais” que pregam a “fracassomania”.

Indicadores — Para se contrapor aos “derrotistas”, o presidente apresentou indicadores positivos da economia, como as reservas de US\$ 38 bilhões, exportações em alta e desemprego em baixa, além da queda dos índices da inflação. “Procuram assustar o país com o fantasma da crise mexicana. Já, já terão que mudar de disco”, avisou.

O presidente respondeu aos que defendem a adoção de medidas de impacto para atacar os problemas sociais. “Isso leva tempo? Leva. Mas nem o presidente nem os ministros são acrobatas de circo para fazer piruetas, receber aplausos e desaparecer nos bastidores”, afirmou. O presidente concentrou quase todo o pronunciamento num apelo à colaboração do Congresso. Em dez minutos de discurso, ele citou 10 vezes a palavra Congresso, referiu-se outras seis aos deputados e senadores, além de falar repetidamente em “apoio”, “parceria”, “diálogo”, “conversa” e “harmonia” com o Legislativo.